



## MÍSTICA E EMANCIPAÇÃO: MULHERES NEGRAS TECENDO SABERES E TERRITÓRIOS NA REFORMA AGRÁRIA POPULAR NA AMAZÔNIA PARAENSE

Eliene Brito Teixeira<sup>1</sup>

Renata Silva<sup>2</sup>

Érica Anne dos Santos Oliveira<sup>3</sup>

### INTRODUÇÃO

Este artigo é resultado de um dos sub-capítulos da dissertação apresentada no ano de 2024, ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPRRI), da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP) no qual aborda o protagonismo das mulheres negras na luta pela terra e pela Reforma Agrária Popular, com foco na relação entre a mística acampada e o processo de conscientização, além de discutir o papel educador da mística no âmbito da luta feminista. A justificativa para esta pesquisa reside na necessidade premente de dar visibilidade às vozes e experiências das mulheres negras no contexto da luta por terra no Brasil, historicamente marginalizadas e sub-representadas. A complexidade da questão agrária no país se entrelaça com as opressões de gênero e raça, colocando as mulheres negras em uma posição singular de vulnerabilidade e, ao mesmo tempo, de resistência. A persistência de legados coloniais e escravocratas perpetua violências estruturais que afetam diretamente a vida dessas mulheres, suas famílias e comunidades.

---

<sup>1</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPRRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (Unesp), pesquisadora do DataLuta, militante do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e e-mail: [eliene.brito@unesp.br](mailto:eliene.brito@unesp.br)

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPRRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (Unesp), militante do Coletivo Rural-Urbano-Associação Oeste de Diadema (CRU-Diadema) e e-mail: [renata.silval@unesp.br](mailto:renata.silval@unesp.br)

<sup>3</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial da América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPRRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho” (Unesp), militante do Movimento dos Pequenos Produtores Rurais (MPA) e e-mail: [erica.anne@unesp.br](mailto:erica.anne@unesp.br)



Reconhecemos que a luta pela terra vai além da mera posse, configurando-se como uma busca por dignidade, reconhecimento e transformação social.

A mística, enquanto prática coletiva e reflexiva, emerge como um elemento central nesse processo, atuando como ferramenta de conscientização, fortalecimento identitário e resgate da memória ancestral. Compreender como essa dimensão pedagógica atua na formação do protagonismo das mulheres negras é crucial para desvelar as estratégias de resistência e os caminhos para a emancipação.

Os objetivos deste trabalho são: destacar o protagonismo das mulheres negras na luta pela terra e pela Reforma Agrária Popular na Amazônia paraense; indicar a relação entre a mística acampada e o processo de conscientização das mulheres negras do MST/PA; compreender como as questões raciais e de gênero são abordadas e integradas nos momentos místicos e na mística cotidiana da luta pela terra; e evidenciar a "escrevivência" como ferramenta de resistência e afirmação da agência das mulheres negras acampadas.

## **METODOLOGIA**

A pesquisa fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, caracterizada como pesquisa militante. Posto isso, esta investigação se embasa e se constrói em uma perspectiva metodológica participante, que se baseia em princípios fundamentais de participação, engajamento e colaboração entre pesquisadores e membros da comunidade estudada (Brandão, 1981). Brandão (1981) define pesquisa participante como aquela que se vincula historicamente às experiências de educação popular na América Latina, envolvendo formação, organização e mobilização da classe trabalhadora pela transformação social. A comunicação aberta e o diálogo são incentivados ao longo de todo o processo, com pesquisadores e participantes trabalhando juntos de forma colaborativa para identificar questões de pesquisa, desenvolver métodos e interpretar resultados (Brandão, 1981).

Reconhecendo a importância do contexto cultural e social, a pesquisa participante contextualiza a pesquisa dentro das experiências, valores e práticas culturais dos participantes (Brandão, 2006). Esta forma de pesquisa envolve investigação e ação social articuladas a partir da realidade concreta. Desde sua origem vinculada à luta popular, é conhecida a partir de uma multiplicidade de nomes no território latino-americano, como por exemplo: pesquisa ativa; pesquisa-ação; pesquisa participante; pesquisa-militante, entre outras (Brandão, 2006). Esta forma de pesquisa, além de seu vínculo com a realidade concreta e com a dimensão educativa



da participação popular, exige uma contextualização das estruturas, organizações e dos sujeitos coletivos que integram o território - espaço da pesquisa, e pode ser entendida como um momento de um “processo de ação social popular”, que exige comprometimento de quem investiga para com o tema e os envolvidos na pesquisa (Brandão, 2006).

A pesquisa foi construída a partir de uma revisão bibliográfica sólida, articulada ao referencial do feminismo camponês e popular e às reflexões das próprias autoras e das mulheres negras acampadas. A coleta de dados combinou entrevistas semiestruturadas no Acampamento Terra Cabana (Benevides-PA), rodas de conversa realizadas durante o *Curso Feminismo e Marxismo da Regional Amazônica* (2023) e registros de diário de campo. Dados oficiais, como os do IBGE, complementaram a contextualização socioeconômica.

Os diálogos revelaram singularidades das experiências das mulheres, marcadas por racismo, sexismo, violência e pela centralidade da coletividade e da solidariedade. A “escrivência”, de Evaristo (2020), orientou a valorização dessas narrativas, afirmando a agência das mulheres e transformando dor em luta. Momentos de mística e encenação, como a performance de Ângela Alves sobre Margarida Alves — “é melhor morrer na luta do que de fome!” — reforçaram a memória coletiva, a politização e o sentimento de pertencimento.

O acampamento enfrenta violações de direitos, como o processo de reintegração de posse durante a crise sanitária, sem garantias às 68 famílias. Mesmo assim, as famílias resistiram diante dos desmontes de políticas públicas, do negacionismo científico e da criminalização dos movimentos sociais. Nesse contexto, a mobilização cotidiana, o trabalho e a organização coletiva se tornam ferramentas pedagógicas de existência, reinvenção e conscientização.

A mística — com seus símbolos, gestos, canções, poesia, ferramentas e bandeiras — integra a prática política: aparece nas mobilizações junto ao ITERPA, nos mutirões, rodas de conversa, assembleias, reuniões de núcleos e encontros de formação. Faz parte da práxis do Movimento e da luta pela Reforma Agrária Popular, constituindo um modo de aprender e produzir vida de forma coletiva.

No Terra Cabana, a resolução de conflitos ocorre por meio da escuta e do diálogo em assembleias, onde também se problematizam violências estruturais. O Teatro do Oprimido fortalece o enfrentamento coletivo da opressão. Esses processos ampliam a autonomia dos sujeitos — especialmente das mulheres — e constroem consciência sobre as opressões de gênero, raça e classe.



A Reforma Agrária Popular, baseada na função social da terra, propõe democratização fundiária, defesa das sementes e da água como bens comuns, soberania energética, produção cooperada, agroecologia, educação do campo e novas relações sociais de gênero. Sua formação articula acesso à terra, trabalho, moradia, saúde, transporte e educação como condições para transformar a realidade.

As vivências prévias no acampamento fortalecem a análise sociológica, permitindo olhar a teoria a partir da prática concreta das mulheres e mulheres negras que constituem esse território. Ocupações e acampamentos são “escolas a céu aberto”, onde a luta se reinventa e a mística cotidiana organiza a vida, gera consciência, fortalece identidades e reinscreve a trajetória das mulheres negras nas lutas históricas por terra, dignidade e transformação social.

## **Apontamentos sobre algumas estratégias de produção e reprodução social da vida das mulheres negras acampadas no Terra Cabana**

A pesquisa realizada pela professora Melissa da Universidade Federal do Pará revela um dado marcante: 90% das pessoas acampadas no “Terra Cabana” se declaram pardas ou pretas. Isso lança luz sobre a realidade dessas comunidades, onde o trabalho de reprodução é realizado, em grande parte, por mulheres negras e pobres, uma herança do período escravocrata no Brasil. Nesse contexto, é pertinente mencionar a entrevista concedida por Silvia Federici durante sua visita ao Brasil em 2017, na qual ela enfatizou a diferença entre o regime capitalista e a classe trabalhadora na Europa e os lugares onde o sistema escravista foi predominante. No Brasil, grande parte da classe trabalhadora é preta ou parda, e advém de uma formação socioeconômica marcada pelos processos colonizatório, escravista, de servidão, de expulsão e expropriação da população de seus territórios, em detrimento do privilégio de classes mais abastadas, que sugaram historicamente a energia do trabalhador e da trabalhadora para seu enriquecimento.

É interessante observar como esse contexto se manifesta na experiência de Ângela Maria, mulher negra, uma das primeiras mulheres a ocupar a terra no Acampamento Terra Cabana. Um dos diálogos que chama atenção é a frase por ela proferida: "Deus no céu e o MST na terra", indicando o papel que este movimento tem na sua trajetória e concepção de mundo. Esta expressão ressoa profundamente com a complexidade teórica que tentamos conferir ao universo dinâmico da ocupação. Nas áreas ocupadas, encontramos famílias camponesas que perderam suas terras, muitas vezes vendidas devido às dificuldades e distâncias das cidades,



outras famílias expulsas de seus territórios pelos conflitos agrários que tem se complexificado nas últimas décadas devido ao desenvolvimento do capital no campo, manifestado através do agronegócio, do hidronegócio e da mineração em larga escala.

Imagem 1- Dona Ân: marcha das mulheres (08.03.2023)



Fonte: Reportagem veiculada em [www.amazonialatitude.com](http://www.amazonialatitude.com)

Com seu lenço de chita, chapéu de palha e segurando um pedaço de madeira com a bandeira do MST na ponta, Dona Ân se apresenta com um olhar firme e profundo, os olhos marejados de determinação. Ela representa não apenas a luta pelo fim da violência contra as mulheres, mas também semeia a resistência que desafia as estruturas capitalistas, racistas e patriarcais, buscando forjar um mundo novo.

Pela importância da imagem, registramos a memória desse rosto, o de dona Ân, que dialoga com os escritos recentes da estudiosa e feminista Silvia Federici, na sua obra “Mulheres e a caça às bruxas”. Essa associação entre a imagem e as reflexões da autora, me fez relembrar uma passagem dos seus escritos: “[...] na relação entre caça às bruxas e o processo contemporâneo de cercamento e privatização das terras” (Federici, 2019, p.22).

A presença de Dona Ân. na marcha das mulheres em 08 de março de 2023 também nos convida a refletir sobre a persistência das formas contemporâneas de violência e controle sobre o corpo das mulheres. A conexão estabelecida por Silvia Federici (2019) entre a caça às bruxas histórica e as políticas atuais de controle reprodutivo ressoa de forma poderosa neste contexto. Federici (2019) argumenta que a perseguição às mulheres através da caça às bruxas foi um mecanismo para disciplinar e controlar não apenas as suas práticas de cura e conhecimento,



mas também suas vidas reprodutivas, subjugando-as ao controle estatal e religioso sobre sua sexualidade e reprodução.

Em outro plano a autora aborda a discussão da íntima relação entre a caça às bruxas e o aumento do controle do corpo da mulher por meio do controle estatal sobre a sexualidade e a capacidade reprodutiva (Federici, 2019). Podemos associar essa discussão ao recente Projeto de Lei 1904/24 no Brasil que de maneira polêmica iguala o aborto realizado após 22 semanas de gestação ao crime de homicídio simples, inclusive no caso de gestação resultante de violência sexual.

No Brasil contemporâneo, o Projeto de Lei 1904/24 expressa o avanço de políticas de controle sobre os corpos das mulheres, ao equiparar o aborto após 22 semanas ao crime de homicídio, mesmo em casos de violência sexual. A proposta representa um retrocesso nos direitos reprodutivos e reforça mecanismos estatais de marginalização, sobretudo contra mulheres negras e pobres.

Nesse cenário, a marcha de Dona Ângela — com seu lenço de chita e a bandeira do MST — simboliza a resistência feminina frente ao recrudescimento legislativo e às tentativas de criminalização da autonomia das mulheres. Sua presença evidencia o protagonismo das mulheres negras e camponesas nos movimentos sociais e reafirma a urgência de defender e ampliar direitos em um contexto de ataques às garantias humanas.

A criminalização dos corpos femininos afeta de forma mais violenta as mulheres negras, atravessadas por condições históricas e estruturais derivadas do racismo, do patriarcado e do capitalismo. Como afirmam Franco, Francisco e Tavares (2017), a maioria da população negra habita territórios vulnerabilizados por políticas públicas insuficientes, e as mulheres negras, majoritárias nesses espaços, suportam com maior intensidade as iniquidades sociais.

As condições de produção e reprodução da vida entre mulheres negras sem-terra revelam trajetórias marcadas pela precariedade de renda, moradia, saúde, educação e cultura, somadas ao trabalho triplo: doméstico, de cuidado e informal. Federici (2016) destaca que, nos países periféricos, o capitalismo não investe na reprodução da classe trabalhadora, mas a consome — fazendo das mulheres negras a base invisível que sustenta a vida alheia enquanto suas próprias comunidades são desvalorizadas.

Lélia Gonzalez (2020) lembra que ser mulher negra no Brasil significa enfrentar uma tripla discriminação — de raça, classe e gênero — que se expressa em estereótipos, exclusões e desigual acesso à educação e ao trabalho. Apesar disso, essas mulheres sustentam afetiva, moral e economicamente suas famílias e comunidades, mantendo viva a “chama da libertação”.



A reflexão de Federici sobre ancestralidade, memória coletiva e terra reforça que a resistência só é possível quando as pessoas se reconhecem parte de um corpo maior e de uma história de luta. A destruição capitalista desses vínculos — por meio do individualismo e da ruptura comunitária — fragiliza tanto a existência quanto a possibilidade de resistência.

A expressão “nossos passos vêm de longe” sintetiza essa memória ancestral que sustenta a luta das mulheres negras camponesas. A análise de Gonzalez demonstra que a combinação entre patriarcado, racismo e capitalismo estrutura um desenvolvimento desigual, produtor de massas marginais e de uma divisão racial e sexual do trabalho.

Por isso, compreender a luta das mulheres negras sem-terra exige articular gênero, raça, classe e questão agrária. Como afirma Souza (2017), seguindo Florestan Fernandes, a transformação social não pode dissociar luta racial e luta de classes; os movimentos de Reforma Agrária e movimentos negros precisam construir agendas conjuntas. Isso revela que a população negra sem-terra segue sendo alvo do racismo estrutural, herdeiro direto da escravidão e do mito da democracia racial, historicamente sustentado por narrativas como as formuladas por Gilberto Freyre.

Dona Ângela, ao marchar, encarna essa longa trajetória de resistência e reafirma a luta coletiva pela autonomia dos corpos, pela justiça social e pela superação das estruturas que perpetuam desigualdades e violências de gênero e raça no Brasil.

Em diálogo com a entrevistada, senhora Ira:

Dinheiro do bolsa família, porque ele não dar conta das despesas da casa praticamente, né? Estou morando debaixo de uma casa, mas porque já estava quando, eu cheguei já estava pronta com você, consegui fazer a melhoria da uma casa, mas muito pouco. Após o falecimento do meu marido as coisas ficaram bem mais difíceis. Nunca nos preocupamos com as crianças, hoje, após o falecimento dele, me vejo sozinha. Ele foi um bom militante, só não foi um bom pai de família (Entrevista com Ira, concedida em 2022 no Acampamento Terra Cabana).

A fala de Ira, lança luz sobre as dificuldades enfrentadas pelas mulheres no contexto dos acampamentos, especialmente após a perda de um ente querido. O dinheiro do Bolsa Família, embora seja uma fonte de renda, muitas vezes não é suficiente para cobrir todas as despesas domésticas, deixando as famílias em situação precária.

Dona Ira, compartilha sua experiência pessoal, revelando a luta diária para sustentar a casa e cuidar das crianças após a morte de seu marido, que também era um militante engajado. A dualidade entre seu papel como mãe solteira e as responsabilidades de seu marido como militante ressalta as complexidades enfrentadas pelas mulheres acampadas, que precisam



conciliar múltiplos papéis e lidar com desafios socioeconômicos enquanto continuam sua luta por justiça e dignidade.

Essas complexidades são agravadas pelo cenário de desmonte dos financiamentos das políticas públicas brasileiras, como revelado pelo relatório técnico da ANESP (2022). A redução significativa dos investimentos na educação básica, os cortes em programas de alfabetização e a desvalorização dos profissionais da educação são apenas algumas das preocupações destacadas no relatório.

Este desprestígio da educação durante o governo presidencial de Jair Bolsonaro (2019-2022), teve um impacto direto na qualidade do ensino e no acesso à educação de qualidade para a população mais vulnerável, contribuindo para a perpetuação das desigualdades sociais e educacionais no país. Assim, as mulheres acampadas se encontram não apenas enfrentando os desafios cotidianos da sobrevivência, mas também lutando contra um sistema que desvaloriza suas vidas e oportunidades.

As despesas discricionárias, aquelas que podem ser usadas pelo MEC para a execução de programas e ações, foram reduzidas em 49,9% (R\$ 20 bilhões) entre 2015 e 2021, e sofreram reduções consecutivas mesmo considerando apenas o governo Bolsonaro - foram de R\$ 25,1 bilhões em 2019 para R\$ 20,7 bilhões em 2021. Com a redução dessas despesas, o MEC se mostra inoperante para a execução de políticas públicas, impactando negativamente a melhoria da qualidade, a garantia do acesso à escola e a redução das desigualdades educacionais. Outro fator agravante foi a dependência excessiva da utilização de emendas parlamentares. Enquanto no orçamento do MEC, em 2015, apenas R\$ 113,9 milhões foram utilizados por emendas parlamentares, em 2021 esse valor atingiu R\$ 1,5 bilhão, o que representou mais de 20 vezes o montante de 2015. Do valor de R\$ 1,5 bilhão em 2021, praticamente a metade advém das emendas de relator, comumente chamadas de “orçamento secreto”, prática legislativa iniciada na gestão Bolsonaro e que representa um balcão de negócios em que os repasses ficam, na prática, a critério de acordos informais e não transparentes dos parlamentares com o relator geral do orçamento. É impressionante registrar que, para 2022, 98,3% da ação destinada ao apoio à infraestrutura da educação básica decorre de emendas parlamentares (ANESP, 2022, p.25).

Em contrapartida ao negacionismo dos direitos das mulheres, o MST deu um passo significativo em direção à igualdade de gênero ao criar, em maio de 1996, o Coletivo Nacional de Mulheres. A partir dessa iniciativa, a luta das mulheres pelo acesso à terra ganhou força e visibilidade, representando um marco na história do movimento. Posteriormente, foi criado o Setor de Gênero, que se tornou uma ferramenta fundamental na promoção dos direitos das mulheres dentro do MST e na articulação de estratégias para enfrentar o patriarcado e a opressão de gênero, e ao mesmo tempo foram constituídos processos de educação e formação para mulheres, tanto quando a organização dos espaços de Ciranda Infantil, que promove e contribui



concretamente para que as mulheres sem-terra possam realizar seus estudos, e participar do processo político-organizativo do movimento.

A formação do Setor de Gênero no MST, consolidada em 2000, foi o resultado de um processo que teve suas raízes nas ocupações de terra desde o início da década de 1980. Esse movimento gradual foi marcado pela coragem e determinação das mulheres, que desafiaram as estruturas patriarcais e se tornaram protagonistas na luta pela terra, demonstrando um ato de coragem e resistência. Segundo o Caderno de Formação de Gênero 06 (MST, 2017), o feminismo no Brasil ganhou força na década de 1970, mesmo em meio ao contexto ditatorial, com influências significativas para o protagonismo das mulheres nos processos revolucionários. No entanto, apesar dos esforços, como destacado por Butto e Hora (2012):

Apesar das desigualdades entre homens e mulheres persistirem no meio rural de forma naturalizada e estruturada sob relações de poder e em bases econômicas. Historicamente as mulheres trabalhadoras rurais ainda não foram suficientemente reconhecidas pelo estado e pela sociedade como agricultoras familiares e assentadas pela reforma agrária. De modo geral, as políticas públicas, pouco se direcionaram para este segmento, e quanto o faziam, eram destinadas à família rural considerando-o como um todo homogêneo. Apenas recentemente este quadro começa a se alterar, não só com um novo quadro normativo e institucional, mas também com ações efetivas na incorporação e efetividades dos direitos da mulher assentada (Butto; Horta, 2018, p.22).

Caminhando e fazendo-se caminhar, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) tem desenvolvido uma série de estratégias sociais que visam não apenas a luta pela terra, mas também a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Entre essas estratégias que envolvem a produção e a reprodução social da vida das mulheres negras acampadas, destacam-se a Ciranda Infantil (Ciranda dos Sem Terrinhas), a biblioteca, o processo coletivo de produção agroecológica, e os demais trabalhos e lutas coletivas, que são desenvolvidos na experiência do Acampamento Terra Cabana.

A Ciranda dos Sem Terrinhas é um espaço dedicado às crianças que vivem nos acampamentos e assentamentos do MST. É um lugar de aprendizado, brincadeiras e socialização, onde as crianças têm a oportunidade de se desenvolverem de forma saudável e educativa, mesmo em meio às condições adversas do campo. Além disso, a Ciranda busca fortalecer a identidade e a consciência das crianças em relação à luta pela terra e aos ideais do movimento.



A organização da Ciranda Infantil contribui enormemente para que as mulheres, que historicamente são responsáveis pelo cuidado e educação das crianças na família, possam destinar tempo para estudos, discussões, e participação na vida política e organizativa do acampamento.

Outro espaço fundamental é a biblioteca, que funciona como um centro de conhecimento e cultura nos acampamentos e assentamentos do MST. Nela, os moradores têm acesso a uma variedade de livros, revistas e materiais educativos, que contribuem para o desenvolvimento intelectual e a formação política da comunidade. Além disso, a biblioteca promove atividades como rodas de leitura, debates e oficinas, estimulando o pensamento crítico e a troca de experiências entre os membros da comunidade.

Esses espaços não apenas proporcionam lazer e educação, mas também fortalecem os laços de solidariedade e coletividade entre os integrantes do MST. São locais onde a cultura popular e a luta pela transformação social se encontram, alimentando a esperança e a resistência em meio às adversidades do cotidiano no campo. Assim, a Ciranda dos Sem Terrinhas e a biblioteca representam não apenas espaços físicos, mas também simbólicos, onde se constrói um futuro mais justo e digno para todos.

Imagem- 2 Atividade com (as) os sem terrinhas, acampamento Terra Cabana



Fonte: Arquivo do acampamento MST (2020)

A imagem retrata a contação de histórias para as crianças Sem Terrinha, evidenciando a celebração da vida em meio às dificuldades enfrentadas, incluindo a pandemia. Nesse momento, foram trazidas canções, símbolos, a bandeira do movimento e a própria alegria das crianças, que também contagiou alguns adultos presentes. Assim, dentro desse universo de sujeitos e sujeitas oriundos das massas populares, que frequentemente são privados de direitos



fundamentais, como o acesso à educação formal, devido às suas condições de pobreza material e exploração laboral, a mística se apresenta como uma estratégia e um exercício da pedagogia popular por excelência.

Através da mística, ocorre uma reconexão com as raízes culturais e históricas do povo, reforçando sua identidade e sua resistência. É um momento de fortalecimento espiritual e emocional, que fortalece os laços de solidariedade e coletividade entre os participantes. Além disso, a mística possibilita a transmissão de valores, conhecimentos e saberes populares, contribuindo para a formação integral das crianças e jovens, mesmo em um contexto de adversidade.

Assim, a contação de histórias e a prática da mística não apenas alimentam a alma e a esperança das comunidades Sem Terra, mas também representam uma forma de resistência cultural e política contra as injustiças e desigualdades presentes na sociedade. É um momento de reafirmação da vida e da dignidade humana, que inspira e fortalece o movimento na luta por um mundo mais justo e solidário.

A primeira entrevista que conduzi para a construção deste momento, foi durante um diálogo inspirador no Acampamento Resistência Terra Cabana. Essa conversa inicial revelou-se não apenas informativa, mas profundamente elucidativa ao capturar as experiências e perspectivas das mulheres sem-terra. Dona Re., uma das participantes do acampamento, compartilhou sua história e reflexões de maneira impactante.

Durante nossa conversa, perguntei a Dona Re. como ela começava seu dia no acampamento. Sua resposta foi direta e poderosa: "Trabalho". Essa simples palavra ecoou como uma reflexão sobre o trabalho não apenas como uma atividade diária, mas como uma dimensão essencial de sua identidade e luta social. Em um contexto em que a divisão social do trabalho implica não apenas diferenças de gênero, mas também especificidades marcadas pelo trabalho das mulheres negras, a resposta de Re. ganha ainda mais profundidade.

Explorar essas nuances é crucial para compreender não apenas as dinâmicas internas do acampamento, mas também as complexas interseções entre gênero, raça e classe social. A partir da fala de Re., emerge não apenas uma narrativa individual, mas um ponto de partida para uma análise mais ampla sobre as estruturas sociais que moldam as vidas e as lutas das mulheres sem-terra.

A maioria das mulheres no acampamento Terra Cabana se dedica aos afazeres domésticos, à criação de animais de pequeno porte e à manutenção das hortas. A senhora Jo., uma das mulheres que coordena o acampamento, descreve seu dia a dia:



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Pela manhã, arrumo as crianças para a escola, concilio o almoço, e duas vezes por semana temos reunião de coordenação, onde nos reunimos para planejar os espaços que habitamos e organizar as famílias que estão sob nossa responsabilidade (Entrevista com a senhora Jo., concedida em março de 2024).

Dona Jo., uma mulher preta de 40 anos e mãe de quatro filhos, coordena o acampamento e é responsável, junto a outros militantes, pelo núcleo de famílias “Semeando a Resistência”, formado por 12 famílias. Ela afirma: “Eu gosto de ser mãe, de ser dona de casa, de ser mulher, gosto de ser coordenadora”. Essa afirmação destaca que as reuniões e atividades são organizadas em torno das mulheres, especialmente as mães, as mulheres evangélicas e as evangélicas do sétimo dia, assim como as mulheres que pertencem aos Povos Tradicionais de Matriz Africana (POTMAS).

Essa organização reflete a centralidade das mulheres na estruturação e no cotidiano do acampamento. As reuniões e as atividades são, em grande parte, moldadas pelas experiências e necessidades das mulheres que desempenham um papel fundamental na organização da vida comunitária.

A participação ativa dessas mulheres na coordenação e na organização do acampamento demonstra não apenas sua resistência, mas também a força e a vitalidade das suas ações cotidianas na luta por uma vida digna e por direitos sociais. Essa dinâmica destaca a importância de reconhecer e valorizar o trabalho das mulheres no contexto dos movimentos sociais, especialmente em áreas rurais, onde suas contribuições muitas vezes são invisibilizadas.

Imagem 3 - Mulheres fazendo a colheita do mangostão



Fonte: Arquivo do Setor de Comunicação do MST – PA, 2021



No Acampamento Terra Cabana, o trabalho da mulher negra é essencial e multifacetado, fundamentando-se na resistência e na construção de autonomia. As mulheres registradas nas figuras acima exemplificam a dedicação e o protagonismo destas mulheres na colheita de mangostão e do Jambu, atividades que não apenas garantem a subsistência das famílias, mas também fortalecem a economia local e soberania alimentar na comunitária.

A colheita, além de ser um momento de trabalho árduo, representa um ato de resistência contra as estruturas opressivas. As mulheres do acampamento não apenas cultivam alimentos, mas cultivam também uma rede de solidariedade e cooperação entre os moradores. Elas não se limitam ao trabalho doméstico e agrícola; são também líderes comunitárias, militantes, participando ativamente das decisões e da organização interna, contribuindo para a sustentabilidade e para a construção de um futuro mais justo e igualitário.

Ao destacar as imagens destas mulheres na colheita, consideramos que elas personificam a força e a resiliência das mulheres negras no Movimento Sem Terra. Elas desafiam estereótipos e enfrentam desafios diários com determinação, inspirando não apenas dentro do acampamento, mas também além de seus limites geográficos, como símbolos de resistência contra o racismo estrutural e a desigualdade de gênero.

Portanto, essas figuras não apenas colhem frutos, mas também semeiam esperança e fortalecem a luta por justiça social e pela garantia de direitos fundamentais, reafirmando a importância do trabalho da mulher negra no contexto do Acampamento Terra Cabana e no movimento MST como um todo.

É importante destacar que mesmo com essas experiências enriquecedoras para o processo de consciência dessas mulheres, elas vivem num contexto macro onde o racismo e a violência de gênero se revelam como força estruturante, articuladas às ideologias e práticas que perpetuam uma divisão racial do trabalho. Essa divisão, fortemente enraizada em sistemas patriarcais, coloniais e capitalistas, exerce controle sobre a vida e a reprodução das mulheres, especialmente as mulheres negras. Como destacado por Gonzalez (2020), o racismo é eficaz na medida em que legitima e promove essa divisão, sendo compartilhado por formações socioeconômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas.

Portanto, a mística surge como uma forma de produzir conhecimento que transcende a racionalidade moderna e colonial, servindo como instrumento e linguagem pedagógica para compreender, expressar e refletir sobre as violências que afetam as vidas das mulheres e homens das comunidades, bem como sobre os processos de resistência enfrentados por elas.



Ao reconhecer e valorizar suas histórias, a realização da mística assume uma intencionalidade que vai além do simples entretenimento: ela busca contar e recriar motivações que possibilitam um melhor entendimento na formação educacional e política das trabalhadoras e trabalhadores acampados. Através da conscientização proporcionada pela mística, essas comunidades encontram uma ferramenta poderosa para fortalecer sua identidade, fortalecer laços de solidariedade e avançar em sua luta por justiça e dignidade.

Não se trata de afirmar que os sem-terra são sujeitos culturais porque produzem cultura. Isto seria o óbvio. Na concepção antropológica de cultura, toda pessoa humana e todo grupo social, à medida que se relaciona com a natureza, produz cultura. Ao produzir-se o ser humano produz cultura, ou seja, a sua própria existência cotidiana leve-os à produção cultural. Trata-se de compreender o MST os sem-terra como algo mais, ou com um ingrediente algo diferente, como sujeitos sociais que produzem como sujeitos de uma cultura que tem uma forte dimensão de projeto, ou seja, de algo que ainda não é mas que pode vir a ser. Daí a expressão sujeitos socioculturais para frisar uma possível diferença de sentido, em relação à produção de cultura a partir da vivência cotidiana mais simples (Bogo, 2002, p.26).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados da pesquisa revelam o inegável protagonismo das mulheres negras na luta pela terra, atuando não apenas na linha de frente das ocupações, mas também na manutenção da vida cotidiana nos acampamentos e na articulação política. Os depoimentos de Dona Ira, Ca. e Be. ilustram a brutalidade da violência diária enfrentada nos acampamentos e a resiliência dessas mulheres diante da criminalização e do estigma social. Elas são constantemente rotuladas como "invasoras" e "violentas", evidenciando a deslegitimação de suas reivindicações por justiça social.

A mística emerge como um elemento vital nesse contexto. Longe de ser apenas um ritual, ela se configura como uma "ação cultural de conscientização" que reconstrói a memória, fortalece a identidade Sem Terra e nutre a resistência. É nos momentos místicos, e na mística que permeia o cotidiano, que as pautas raciais e de gênero são integradas e trabalhadas, servindo como um espaço de resistência e transformação social. A mística conecta as lutas presentes às resistências ancestrais, mantendo viva a memória daqueles que tombaram e servindo como "nutriente de fortalecimento para as lutas presentes e futuras". A pesquisa também destaca a complexidade das opressões enfrentadas pelas mulheres negras, que acumulam as marcas da



exploração econômica, da subjugação racial e sexual. A análise do depoimento de Mo. Dirigente do setor da frente de massa, reforça a centralidade das mulheres na luta pela terra e na organização dos acampamentos, apesar da invisibilidade imposta pelas estruturas patriarcais que as relegam ao espaço "privado", enquanto os homens ocupam a esfera "pública" da liderança política.

Um dado fundamental para entender o contexto em que essas mulheres se inserem é o perfil demográfico do Pará. De acordo com o Censo Demográfico 2022 do IBGE, o estado do Pará se destaca com a maior proporção de pessoas que se autodeclaram pardas no Brasil, atingindo 69,87% da população. Se somarmos a isso os 9,77% que se autodeclaram pretas, as pessoas negras (pretas e pardas) representam a esmagadora maioria da população paraense. Esse panorama reforça a relevância do estudo sobre o protagonismo das mulheres negras, que não são uma minoria, mas a base populacional majoritária que enfrenta e resiste às opressões.

Os dados da PNAD, que indicam a sobrecarga de trabalho doméstico e de cuidado para as mulheres, especialmente as rurais, somados à sua alta inserção no mercado informal, reforçam a vulnerabilidade econômica e a exploração do trabalho feminino invisibilizado (Federici, 2019). A luta das mulheres negras do MST, portanto, transcende a mera questão agrária, abrangendo também a luta por igualdade de gênero, reconhecimento do trabalho de cuidado e combate a todas as formas de discriminação. A "escrivência", conforme proposto por Evaristo (2020), revelou-se uma ferramenta poderosa de resistência. Ao narrarem suas próprias histórias, as mulheres negras do MST desafiam o silenciamento imposto, afirmam sua agência e protagonismo, e estabelecem as relações interseccionais entre negritude, gênero e luta pela terra, dialogando diretamente com a perspectiva do feminismo camponês e popular.

## CONSIDERAÇÃO FINAIS

Ao longo deste estudo, investigamos as dinâmicas da luta pela Reforma Agrária Popular na Amazônia, destacando o protagonismo das mulheres negras no Acampamento Terra Cabana e o papel da mística como dimensão pedagógica e política. As mulheres negras emergem como agentes centrais na construção de um projeto coletivo de transformação social, articulando raça, gênero e classe em suas práticas de resistência. A pesquisa trouxe uma contribuição inédita ao evidenciar como essas mulheres, por meio de suas trajetórias e resistências, mobilizam a luta pela terra e, ao mesmo tempo, participam da reformulação de identidades e da reconstrução da memória coletiva.



Ao destacarmos a mística como ferramenta pedagógica, compreendemos sua importância não apenas como inspiração espiritual, mas como um elemento que estrutura a práxis política das mulheres acampadas. A dimensão pedagógica da mística revelou-se crucial na formação de uma consciência crítica e coletiva, fortalecendo a luta pela terra por meio da solidariedade e do pertencimento ao território. Esse enfoque permitiu uma leitura inovadora da mística camponesa, associando-a diretamente às lutas feministas e raciais no contexto da Reforma Agrária Popular na Amazônia. A metodologia vivenciada e aplicada, fora baseada em entrevistas semiestrutura, vivências de organização social e estrutural do acampamento Terra Cabana, curso de formação, bem como rodas de conversas.

A escuta qualificada de suas vivências, valorizando os saberes locais e as vozes frequentemente invisibilizadas nas narrativas hegemônicas. Essa abordagem interseccional foi essencial para compreender a luta das mulheres negras no campo, conectando-a às dimensões materiais e simbólicas da terra e do território. O ineditismo deste estudo reside na articulação entre a luta pela terra e o feminismo negro e camponês, evidenciando como as mulheres negras estão no centro dessa resistência.

A pesquisa contribui para uma compreensão mais ampla da Reforma Agrária Popular na Amazônia, que transcende a luta econômica e territorial, tornando-se também um espaço de construção de identidades e resistências. Nesse contexto, as mulheres negras, historicamente marginalizadas, assumem o protagonismo. Os achados revelam que, no contexto amazônico, a luta pela terra está intrinsecamente ligada às especificidades culturais, raciais e de gênero. As mulheres negras e indígenas enfrentam desafios singulares, mas também carregam saberes ancestrais que transformam o território em um espaço de resistência e autonomia.

Além disso, esta pesquisa inova ao trazer à tona as particularidades da luta agrária na Amazônia, comparando-a com outras regiões do país, e evidenciando as particularidades de um território marcado pela exploração capitalista e pela violência colonial. Concluímos que a luta pela Reforma Agrária Popular, impulsionada pelas mulheres negras do MST, é um espaço de constante reinvenção das relações de poder, onde gênero, raça e classe se entrelaçam de forma complexa.

A força dessas mulheres, sua solidariedade e capacidade de organização são fundamentais para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Esse protagonismo nos desafia a repensar não apenas as políticas públicas, mas também as epistemologias que sustentam a luta por direitos no campo. A partir das vivências no Acampamento Terra Cabana e em outros espaços de luta e formação, como cursos e encontros, refletimos sobre as



contradições e desafios enfrentados pela classe trabalhadora, em especial as mulheres, que lidam com a dupla jornada de trabalho e a violência de gênero. As mulheres do MST trazem consigo uma rica tradição de resistência e solidariedade, essenciais para a construção de um movimento inclusivo e emancipatório.

O feminismo negro e camponês, parafraseando bell hooks (2019), é para todos, pois emerge da luta cotidiana e se transforma em vivências radicais e pulsantes diante das relações de poder. Essa perspectiva feminista é inseparável da luta por justiça social, pela soberania alimentar e pelo direito à terra, oferecendo uma visão de um futuro mais justo e equitativo. No território amazônico, essa luta enfrenta desafios específicos, como a violência de grileiros, a destruição ambiental e a marginalização das comunidades indígenas e quilombolas. É importante ressaltar que as responsabilidades com o trabalho doméstico ainda limitam a participação plena das mulheres em atividades políticas e sociais no acampamento.

A interseccionalidade é uma ferramenta crucial para compreender como diferentes formas de opressão se sobrepõem e se reforçam, exigindo uma luta coletiva e abrangente. O feminismo no MST não se limita à equidade gênero, mas abrange uma luta mais ampla por justiça, dignidade e liberdade. A inclusão das mulheres nesse processo é essencial, pois traz novas perspectivas e práticas que fortalecem o movimento. A mística mobilizadora desempenha um papel central nesse processo, materializando-se em atos concretos de coletividade e resistência, e contribuindo para o avanço da consciência crítica das mulheres envolvidas.

Em suma, a luta pela Reforma Agrária Popular é uma luta por justiça social, dignidade e liberdade. As mulheres do MST têm desempenhado um papel crucial na redefinição dessa luta, desafiando as estruturas opressivas do patriarcado e do capitalismo, e oferecendo uma visão poderosa de um futuro mais justo e equitativo para todos. A resistência dessas mulheres é uma fonte de inspiração e um lembrete do poder da solidariedade e da ação coletiva na construção de um mundo melhor.

**Palavras-chave:** Reforma Agrária Popular, mulher negra, feminismo popular camponês



## REFERÊNCIAS

EVARISTO, Conceição. **A Escrivivência e seus subtextos**. In: DUARTE, Constância Lima;

NUNES, Isabella Rosado. **Escrivivência: a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a libertação e outros escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.120 p.

FEDERICCI, Silvia. **O capital fictício: o feminismo e a crise global**. São Paulo: Boitempo

Editorial, 2019. FEDERICCI, Silvia. **O patriarcado do salário: feminismo, marxismo e a luta pelo socialismo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020.

GONZALEZ, Lélia (aut.); RIOS, Flavi GANCHO, Cândida Vilares. **A colonização portuguesa e o latifúndio no Brasil**. São Paulo: Editora Atlas, 2008.

GIMENES, A. **Agricultura familiar e agroecologia: desafios e perspectivas para o desenvolvimento rural**. SC: Editora UFSC, 2021.

GONÇALVES, F. **Reforma agrária e desenvolvimento rural no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia (aut.); RIOS, Flavia & LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GONZALEZ, Lélia. **"Racismo e sexismo na cultura brasileira"**. São Paulo: Editora Fundação Santo André, 1988.

GONZALEZ, Ana Isabel Alvarez. **As Origens e a Comemoração do Dia Internacional das Mulheres**. SP: Editora Expressão Popular & SOF, 2010.

hooks, bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática de liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2017. 288 p.

hooks, bell. **O feminismo para todo mundo: política arrebatadora**. Tradução Bhuvli Libano. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2020.

hooks, bell. **Olhares Negros: raça e representações**. Tradução StephanieBorges. São Paulo: Elefante, 2019. 356 p.

INDURKY, F. **"O ritual da mística no processo de identificação e resistência."** In: **RUA. Edição Especial**. Consultada no Portal Labeurb. Online: Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade, 2014.

JESUS, Carolina Maria. **Quarto de Despejo**. 10. Ed. São Paulo: Ática, 2014



JULIÃO, Francisco. **Que são as ligas camponesas?** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1962. 50 p.

KILOMBA, Grada. **Memória de Plantação: episódios de racismo cotidiano.** Rio de Janeiro: Cobogó, 2019

LEFEBVRE, Henri. *A Produção do Espaço.* Oxford: Editores Blackwell, 1974.a & LIMA, Márcia (orgs.). **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos.** Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

MORISAWA, Mitsue. **A história da Luta pela Terra no Brasil e o MST.** SP: Expressão Popular, 2001.

MST. Caderno Setor de Gênero do MST: Coletânea de textos - **Coluna Aromas de Março,** São Paulo: MST, 2021.

OLIVEIRA, A. S. **Garimpo e conflitos na Amazônia: uma análise socioambiental.** SP: Editora Senac, 2020.

OLIVEIRA, Ana Ulysséa. **Agroecologia e agricultura familiar: caminhos para a sustentabilidade no campo brasileiro.** SP: Editora da Unicamp, 2019.

OLIVEIRA, M. C. **Educação popular e movimentos sociais no Brasil.** Editora SP: Autêntica, 2017.

PERALTA, Nelissa. **Estudo Socioeconômico do Acampamento Terra Cabana, MST, Benevides. Relatório Técnico.** Belém: UFPA, 2022.

RAMOS, Márcia Mara. **Educação popular: instrumento de formação, luta e resistência no projeto educativo do MST.** Fractal: Revista de Psicologia, v. 32, p. 233-238, 2020.

RATTS, Alex; RIOS, Flavia M. Lélia Gonzalez; REIS, Marcos. **Cabanos, A História.** Joinville, Clube de Autores, 2009.

ROCHA, R. S. **Desenvolvimento sustentável, na Amazônia: desafios e perspectivas.** SP: Editora Saraiva, 2021.

ROCHA, R. S. **Movimentos sociais no campo: lutas e resistências.** SP: Editora Atlas, 2019. Retratos do Brasil Negro. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2010, 173 p.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 39p.

SCOTT, James C. **Exploração normal, resistência normal.** SOUZA, A. U. *Lei de Terras de 1850: origens, contexto e impactos na estrutura fundiária brasileira.* Curitiba: Editora Juruá, 2017.

SOUZA, Maria Antonieta de. **Lei de Terras de 1850: origens, contexto e impactos na estrutura fundiária brasileira.** Curitiba: Editora Juruá, 2018.



# XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA  
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A  
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

SOUZA, Raumi de. **Terra, raça e classe: a classe trabalhadora é negra**. SP: MST, 2017.  
Texto xerografado.

TOLEDO, Vera Vilhena de. **Terras devolutas e latifúndio: política fundiária no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2012.

TRASPADINI, Roberta. **Questão agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente / Agrarian question and Latin America: brief contributions to an urgent debate**. Revista Direito e Práxis, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 1694–1713, 2018.

WITCEL, Rosmeri. **A luta do “Oito de março” como espacialização emancipatória do debate feminista no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST)**. 2020. 148 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe), Universidade Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”, Guararema - SP, 2020. Revista Brasileira de Ciências Políticas, Brasília, nº 5, p. 217-243, janeiro-julho 2011.